



Antes da pandemia, as festas na comunidade da Praia Grande do Bonete (Ubatuba) eram uma oportunidade para crianças aprenderem sobre a fauna da região

AGNALDO ROCHA (PAPA)

Territórios Protegidos

Comunidades caiçaras se organizam para vencer a covid-19 e preservar suas tradições

LUIZ FELIPE STEVANIM

Os barcos permanecem atracados na Praia Grande do Bonete, em Ubatuba, no litoral norte de São Paulo, desde o início da pandemia de covid-19. Não é por falta de interesse dos turistas que cessou o movimento para conhecer uma das localidades que fazem parte da famosa Trilha das Sete Praias — a decisão de interromper a atividade turística, principal fonte de renda para os moradores do local,

partiu da própria comunidade caiçara, um dos povos tradicionais que habitam a região de Angra dos Reis, Ubatuba e Paraty, entre Rio de Janeiro e São Paulo. “A gente acha que vale mais a nossa vida. É preciso preservar a população tradicional caiçara. Ela pode deixar de existir se uma doença tão arrasadora como essa entrar aqui”, afirma Andrea Souza, caiçara nascida no Bonete e técnica em meio ambiente.

Um dos trunfos da comunidade caiçara para lidar com a ameaça trazida pelo novo coronavírus é que ali não se chega de carro, somente de barco ou trilha. Ainda assim, os moradores contam que os turistas que têm casa no local — geralmente oriundos da capital — queriam vir para o Bonete, após as medidas de distanciamento social adotadas com a pandemia, que fecharam comércio e interromperam atividades não essenciais. Para alguns, a quarentena era sinônimo de férias ou feriado. “Diante do início da pandemia, foi feita uma reunião entre os barqueiros que transportam os turistas pra cá e foi unânime a decisão de não trazer mais ninguém enquanto a gente estiver nesse momento”, narra Andrea.

Cercado por Mata Atlântica e de frente para a praia, o território caiçara é muito visado por turistas, mas os moradores da comunidade ressaltam que a relação com o local e o cuidado com natureza vai muito além: faz parte de sua própria cultura. Em tempos de pandemia, eles adaptaram as atividades turísticas, fonte de renda importante para os cerca de 60 habitantes — que sobrevivem com a manutenção das casas de veraneio, no transporte de passageiros, como guias nas trilhas ou com os bares e restaurantes que funcionam na praia. Andrea conta que a relação da comunidade tradicional com os turistas e veranistas sempre foi harmoniosa, apesar de alguns conflitos trazidos pela pandemia. “Muitas vezes eles não entendem que esse é o nosso território. Ficam um pouco chateados com a nossa posição”, pontua.

A conscientização de toda a comunidade e dos visitantes foi uma ação que partiu da Associação Catifó e do protagonismo das mulheres caiçaras. Catifó é o nome dado a uma semente que os antigos habitantes utilizavam para gerar o óleo levado às lamparinas, nos tempos em que o lugar não dispunha de luz elétrica — hoje dá nome à associação que reúne moradores e apoiadores da comunidade e tem sede na escola desativada. Márcia Salgado, educadora e terapeuta corporal que vive no Bonete, relata que, assim que ocorreram as primeiras mortes de covid-19 no Brasil, as mulheres caiçaras convocaram todos os moradores para conversar e construíram uma decisão coletiva e participativa. “A comunidade se uniu a partir de uma mobilização mestre, de suas lideranças. Um barqueiro resolveu parar, os outros perceberam a importância do que ele estava dizendo e apoiaram”, explica.

Cartazes e faixas foram colocados nos principais pontos da comunidade e um bloqueio das trilhas foi organizado, para orientar quem chega e sai. “As mulheres estão à frente das ações contra o coronavírus o tempo todo. Iniciamos uma luta em defesa do povo caiçara e da gestão de seu território”, reforça Márcia. Formada em Comunicação e Artes do Corpo pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), ela frequenta o Bonete há 35 anos e um dia decidiu deixar a vida na capital e vir morar na comunidade caiçara, onde hoje desenvolve atividades educativas com os moradores, como exposições, arte com reciclagem e conversas sobre empoderamento feminino.

TRADIÇÃO E ADAPTAÇÃO

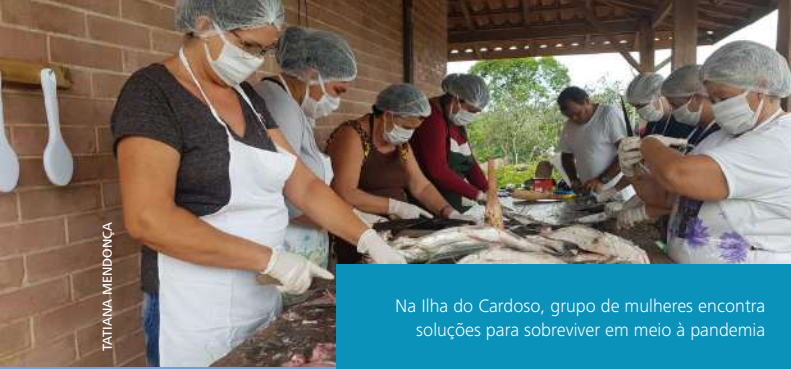
A ameaça do novo coronavírus levou as comunidades tradicionais a organizarem formas de proteger seus territórios e garantir o sustento das famílias. “O povo caiçara é muito sábio, apesar da maioria de nós não ter faculdade. Temos uma sabedoria de vida e experiência que vem dos nossos antepassados e o instinto de sobrevivência fala muito alto”, diz Andrea, ao ressaltar que esse modo de enxergar a vida ajudou os caiçaras a compreender a importância de respeitar as medidas de distanciamento social para evitar a proliferação do vírus. “Preservando a nossa vida, a gente mantém a nossa cultura, o nosso modo de vida, a nossa relação com a natureza e o mar, com a pescaria, com a limpeza e conservação das praias”, comenta.

Para Eliane Simões, bióloga que trabalha com projetos socioambientais e também já viveu no Bonete, a luta das comunidades tradicionais para exercer a gestão de seus territórios é antiga, mas se fortaleceu diante da pandemia. “Cada comunidade tradicional deve assumir a gestão de seu território para garantir a sua permanência nele e a continuidade das práticas tradicionais de pesca, cultura e em relação ao turismo”, avalia. Deixar de receber os turistas, segundo ela, altera a economia dessa população, mas preserva sua saúde e afirma o direito de decidirem sobre seu território.

Sem proteção ao lugar onde vivem e a suas tradições, os caiçaras teriam sua própria existência ameaçada não somente pela covid-19, mas por seus impactos sociais e econômicos. “Se eles saírem de lá, vão se tornar os novos vulneráveis, ocupando áreas periféricas na cidade, com péssimas condições de vida e risco de deslizamento, e como trabalhadores de baixíssima renda, desconectados daquilo que compõe sua cultura”, avalia Eliane. Ela pontua que proibir a vinda dos turistas durante a pandemia assegura a saúde do corpo e a permanência no território, “uma qualidade de vida e um bem viver que é muito próprio deles”. Em seu doutorado em Ambiente e Sociedade pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), Eliane estudou a interação entre as populações e os ecossistemas em que vivem. Ela resalta que o turismo de base comunitária é fonte importante de sustento para esses povos e não se contrapõe à manutenção de suas tradições. “As relações com o mar e o território, os laços de parentesco, a forma de viver, o jeito de falar, o modo de interagir com a natureza permanecem”, resalta.

Para reforçar o apoio às comunidades tradicionais de Angra dos Reis, Paraty e Ubatuba atingidas pelos efeitos da pandemia de covid-19, que incluem quilombolas, indígenas e caiçaras, o Fórum de Comunidades Tradicionais (FCT) lançou a campanha “Cuidar é Resistir”, com apoio do Observatório de Territórios Sustentáveis e Saudáveis da Bocaina (OTSS) em parceria com a Fiocruz. A proposta é arrecadar recursos para compra e distribuição de alimentos, produtos de higiene e itens essenciais. Também pretende reforçar a economia solidária e ampliar trocas de pescado e produtos agroecológicos entre as diversas comunidades, garantindo a segurança alimentar.





TATIANA MENDONÇA

Na Ilha do Cardoso, grupo de mulheres encontra soluções para sobreviver em meio à pandemia



Crianças aprendem sobre sua identidade com atividades artísticas

MÁRCIA SALGADO



AGINALDO ROCHA (PAPA)

Resistência que vem do mar

As mulheres se reúnem na praia, ao amanhecer, à espera do início de mais um dia de trabalho. Enquanto os homens retiram as caixas de pescado dos barcos que acabaram de atracar, elas pesam e fazem os pagamentos. Dali a pouco iniciam o preparo do produto artesanal: mãos habilidosas limpam, cortam e salgam o peixe. Assim vão até o cair da tarde, por volta de 18h. Com a pandemia de covid-19, o que mudou na rotina do grupo de Mulheres Artesãs da Enseada da Baleia, em Cananeia, no litoral sul de São Paulo, não foi apenas a necessidade do uso de máscaras e a distância na hora de receber o peixe: a comunidade de pescadores artesanais decidiu se isolar para evitar a proliferação do vírus, mas enfrenta dificuldades para escoar a produção de pescado, principal fonte de sustento para os moradores.

Acostumadas a viver em harmonia com a natureza, as mulheres da Enseada da Baleia — comunidade caiçara localizada no Parque Estadual da Ilha do Cardoso — tiveram a vida alterada pela ameaça que vem de fora. O acesso à comunidade ocorre somente por barco e o turismo, uma das principais atividades da ilha, foi interrompido. Uma das líderes do grupo de mulheres, Tatiana Mendonça Cardoso, conta que os pescadores, quando souberam dos riscos da covid-19, compreenderam que precisavam adaptar sua rotina, pois sem saúde, “o dinheiro não tem valor”. “Quando entendemos a situação, ficamos muito preocupados com as pessoas, todas elas”, afirma. O grupo planejou estratégias para garantir segurança a suas famílias. A dificuldade era como manter a venda e a distribuição do peixe. “Mesmo a comercialização de pequenas quantidades de pescado também está difícil, seja pela distância e pelo risco que corremos”, narra Tatiana.

A saída encontrada, em meio à pandemia, para garantir a subsistência da comunidade foi se articular com outros povos tradicionais do Vale do Ribeira, no extremo sul do estado de São Paulo, com o apoio de organizações como

o Instituto Linha D’Água e o Instituto Socioambiental (ISA). Junto aos produtos colhidos nas roças quilombolas, através da Cooperativa dos Agricultores Quilombolas do Vale do Ribeira (Cooperaquivalê), a pesca caiçara ajudou a formar cestas básicas destinadas a 716 famílias da região e de bairros pobres da capital paulista, que enfrentam dificuldades durante a pandemia. A compra da produção foi uma ação emergencial articulada pelos dois institutos e outros parceiros. “Com isso, foi possível entregar alimento saudável, produzido em condições justas, sem o uso de agrotóxicos e a partir de práticas sustentáveis, para as famílias que mais precisam”, explica Henrique Kefalas, oceanógrafo e coordenador executivo do Instituto Linha D’Água.

A Ilha do Cardoso é considerada um santuário preservado de Mata Atlântica costeira, com um dos maiores criadouros de espécies marinhas do Atlântico Sul. Ali vivem seis comunidades caiçaras, dentre elas a da Enseada da Baleia. O oceanógrafo ressalta que o apoio dado a essas populações, durante a pandemia, leva em conta a importante contribuição que elas prestam para o cuidado da natureza — por cultivar uma relação harmoniosa entre os ecossistemas e sua cultura alimentar, economia e manifestações culturais. “As comunidades tradicionais costeiras dependem da produção de alimentos, por meio da agricultura e da pesca, para sobreviver”, pontua. Segundo ele, o apoio pretende aliviar os impactos sociais e econômicos da pandemia, e ao mesmo tempo “mostrar que outro modo de produzir alimento e viver em sociedade é possível, prevalecendo a cooperação, a solidariedade e o cuidado com as pessoas e o meio ambiente”.

MARÉ DE COOPERAÇÃO

O ano seria promissor para os pescadores caiçaras da Enseada. Eles haviam fechado um negócio para dobrar a



No Bonete, a corrida de canoa é uma das atividades da tradicional festa de São Sebastião;



A cultura da viola é uma das marcas da comunidade caiçara do Bonete

IDENTIDADE CAIÇARA

A palavra caiçara vem do tupi-guarani (“caá-içara”) e remete às armadilhas construídas com estacas na água para cercar os peixes. Hoje é empregada para designar o conjunto de comunidades tradicionais do litoral das regiões Sul e Sudeste do país, que vivem não apenas da pesca, mas também do extrativismo e do ecoturismo, e têm um conjunto de práticas culturais em comum. Para quem é caiçara, a identidade é “algo que vem de muito tempo”, como conta Andrea, que nasceu no Bonete, há 43 anos, e foi criada pela avó, entre a casa de farinha de mandioca e a colheita do café. “Ser caiçara para mim é um estado de espírito: tem a ver com essa memória de culinária, de cheiros, dos chás que eu tomava na infância. O mais importante é nunca perdermos essas raízes e passar para nossos filhos”, descreve.

As comunidades tradicionais são também responsáveis pelo cuidado com o meio ambiente, fazem a limpeza das praias e conservam as trilhas. “A população caiçara contribui muito para a manutenção da biodiversidade, de toda a flora e fauna. As pessoas têm um conhecimento que vem dos ancestrais sobre preservar a natureza, algo que muitos não dão importância”, reflete Andrea. Já o grupo de mulheres da Enseada da Baleia, além do peixe seco, também trabalha com confecção sustentável. “Retiramos redes de pesca das praias e aplicamos no nosso produto. Temos muita preocupação com a quantidade de lixo que encosta na nossa praia, que a cada ano aumenta”, relata Tatiana. As mulheres trabalham com os valores da economia solidária e reconhecem que a vida dos caiçaras está intimamente ligada ao seu território.

oferta de pescado para escolas privadas em São Paulo. Como explica Tatiana, “isso geraria uma renda bem importante para toda a comunidade”. Contudo, veio a pandemia e a onda de dificuldades. Eles, porém, não desistiram. A integrante do grupo de mulheres conta que elas passaram a se ajudar até mesmo na alimentação, para reduzir as despesas, e a compra do pescado por meio do projeto garante a continuidade da produção e evita que os pescadores tenham que ir à cidade vender o peixe. “Esse trabalho nos deu muita força, porque temos uma motivação para continuar, e vejo nos olhos dos pescadores que eles também têm”, diz Tatiana.

As dificuldades vividas pelos pescadores artesanais já vinham de antes da pandemia, avalia Henrique. Uma delas é fruto do desrespeito a seus territórios. De acordo com o oceanógrafo, essas populações sofrem com o avanço da pesca industrial e da pesca ilegal sobre as áreas de uso comum, com grandes barcos operando próximos da costa, em períodos de defeso — em que não se pode capturar determinadas espécies pois elas estão em reprodução. Esse cenário de desrespeito e ameaça às comunidades tradicionais foi “severamente agravado” agora, ele assinala. “As comunidades tentam se manter isoladas para evitar que o vírus adentre, mas muitas pessoas das cidades rumaram para o litoral durante o período do isolamento social, como finais de semana e feriado, gerando conflitos entre turistas e comunidades locais”, aponta.

Outra dificuldade tem sido o recebimento do auxílio emergencial. Ele relata que há incompatibilidade nos cadastros e problemas no acesso a agências, aplicativos e telefone da Caixa Econômica Federal. “As dificuldades encontradas hoje são fruto do intenso descaso com a categoria de pescadores artesanais, o que vem acontecendo há cerca de 10 anos”, explica, citando a “desarticulação total do antigo Ministério da Pesca, hoje uma secretaria de governo ocupada por um representante da pesca industrial”.

A compra da produção de pequenos agricultores e pescadores artesanais se baseia nos princípios de uma política pública — o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), que vem perdendo investimentos nos últimos anos. Em 2012, ano em que foi desembolsado o maior volume de recursos pelo programa, foram destinados cerca de R\$ 850 milhões para a compra de 297 mil toneladas de alimentos, o que beneficiou 185 mil famílias. Em 2020, o PAA tem previsão orçamentária de R\$ 186 milhões, sendo que R\$ 66 milhões estão contingenciados pelo Ministério da Economia. Os dados foram apresentados em um documento assinado por 870 movimentos, redes e organizações sociais do campo e da cidade, em 8/4, que reivindicam do governo federal o fortalecimento do PAA com o aporte emergencial de R\$ 1 bilhão de reais durante a crise provocada pelo novo coronavírus. 